



1 **Tese nº 2**

2 **Tipo:** Tese-Guia da FENAJ

3 **Título:** Mais organização para enfrentar a perda de direitos

4 **Proponente:** Diretoria da FENAJ

5 **Justificativa**

6 A crise sanitária mundial provocada pela Covid-19 agravou a crise sistêmica do  
7 capitalismo e, como sempre, as consequências perversas caíram sobre a classe  
8 trabalhadora, especialmente a dos países periféricos. Enquanto super-ricos acumulam  
9 mais fortunas, trabalhadores e trabalhadoras (incluindo os da classe média) sofrem com  
10 o desemprego, a queda da renda e os adoecimentos.

11 Nada há nada no cenário mundial a indicar um arrefecimento do neoliberalismo como  
12 doutrina e prática aplicada à produção/distribuição das riquezas. A precarização das  
13 relações e condições de trabalho e a eliminação de direitos dos/das trabalhadores/as  
14 tornou-se a regra até mesmo nos países capitalistas centrais. Nos países periféricos, onde  
15 o estado de bem-estar social nunca chegou a ser implementado, a chamada uberização do  
16 trabalho expõe suas mazelas: trabalhadores/as precarizados/as, sem trabalho digno e sem  
17 renda suficiente para uma vida digna.

18 No Brasil, a classe trabalhadora enfrenta a pandemia e o pandemônio, personificado na  
19 figura do presidente da República, Jair Bolsonaro, mas que teve seu início com o golpe  
20 de 2016, que alçou à direita ao poder central e abriu caminhos para a ascensão da extrema-  
21 direita, nas eleições de 2018.

22 Os ataques à legislação trabalhista – que durante décadas regulou as relações de trabalho  
23 e protegeu os/as trabalhadores/as – começaram com a contrarreforma trabalhista (2017)  
24 e seguiram com as medidas provisórias (MPs) editadas pelo governo Bolsonaro e  
25 referendadas pelo Congresso Nacional. Nenhuma em favor da classe trabalhadora e  
26 quase todas inconstitucionais, por promover mudanças na legislação do trabalho por meio

REALIZAÇÃO:



APOIO:





27 desse dispositivo previsto para questões específicas, mas utilizado abusivamente pelo  
28 governo Bolsonaro (e por outros).

29 Até mesmo as MPs editadas sob o pretexto de proteger o trabalho e os/as trabalhadores/as  
30 em razão da pandemia da Covid-19 trouxeram medidas prejudiciais à classe trabalhadora,  
31 servindo para proteger as empresas e seus donos. A MP 936/2020, convertida na Lei  
32 14.020/2020, que criou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda,  
33 por exemplo, permitiu a redução de salários e a suspensão de contratos, sem nenhuma  
34 proteção ao emprego.

35 A categoria dos/das jornalistas, mesmo considerada essencial durante a pandemia, foi  
36 amplamente afetada. Pesquisa da FENAJ, realizada em junho de 2020, revelou que 3.930  
37 profissionais jornalistas respondentes (todos/as trabalhando em redações com carteira  
38 assinada) tiveram redução de salário e de jornada durante a pandemia. Outros 81  
39 jornalistas tiveram seus contratos de trabalho suspensos e 205 foram demitidos.

40 Um novo ataque aos direitos trabalhistas foi feito pela Medida Provisória nº 1.045/2021.  
41 Mais uma vez, a pretexto de facilitar a geração de empregos, o governo promoveu uma  
42 nova minirreforma trabalhista, trazendo graves prejuízos à classe trabalhadora. Entre  
43 esses prejuízos, a extensão da jornada para categoria com carga horária especial, como é  
44 o caso dos/das jornalistas. A MP prevê a extensão das jornadas especiais em até 8 horas,  
45 com pagamento de horas-horas majoradas em apenas 20% (a CLT estabelece 50%).

46 A pandemia também afetou negativamente as negociações coletivas anuais. Segundo  
47 análise do Dieese, cerca de 64% das negociações coletivas da data-base maio de 2021  
48 tiveram resultados inferiores à inflação medida pelo INPC-IBGE (Índice Nacional de  
49 Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Reajustes  
50 acima da inflação foram registrados em cerca de 19% dos casos, e iguais, em 17%. O  
51 Dieese informou que foi o pior resultado de uma data-base no período analisado.

52 No caso da categoria dos/das jornalistas, a pandemia tem sido pretexto, inclusive, para os  
53 patrões interditar as negociações. Vários Sindicatos estão sendo obrigados a recorrer  
54 ao Ministério Público do Trabalho para garantir que as empresas aceitem sentar à mesa



55 para o diálogo. E a maioria das negociações não tem sido favoráveis à categoria, com  
56 reposições salariais abaixo da inflação do período negociado e sem ampliação de direitos  
57 previstos nas cláusulas sociais.

58 Três aspectos chamam a atenção nas negociações coletivas relativas ao trabalho em  
59 domicílio: a negativa do patronato em reconhecer que os/as jornalistas devem ser  
60 recompensados economicamente pelos custos que assumem, a oposição em aceitar que  
61 os/as profissionais mantêm a jornada de trabalho contratada e a resistência em prever  
62 cláusulas referentes à segurança dos trabalhadores/as.

63 O trabalho em domicílio foi adotado integral ou parcialmente por grande parte das  
64 empresas de comunicação, como medida protetiva à saúde do/da trabalhador/a, em razão  
65 da pandemia de Covid-19. Esta medida foi reivindicada pela FENAJ/Sindicatos em todo  
66 o país, mas até mesmo em razão da duração da situação de excepcionalidade, tornou-se  
67 necessário discutir os custos operacionais do teletrabalho.

68 E se por um lado o trabalho em domicílio protegeu parte significativa dos/das jornalistas  
69 da Covid-19, por outro, gerou problemas, como o aumento da pressão e do estresse.  
70 Pesquisas da FENAJ, realizadas em 2020, identificaram que a categoria sentiu o aumento  
71 da carga horária e da pressão, principalmente pelo fato de que, no teletrabalho, perde-se  
72 a delimitação da jornada, fazendo com que não haja separação entre trabalho e vida  
73 privada.

74 Os dados da FENAJ foram corroborados por outros levantamentos, entre elas a pesquisa  
75 “Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19?”,  
76 realizada pelo Centro de Pesquisa Comunicação e Trabalho (CPCT), da Escola de  
77 Comunicação e Artes (ECA)/ USP. Essa pesquisa foi atualizada neste ano de 2021,  
78 mostrando a continuidade da situação verificada em 2020.

79 A maior parte dos respondentes declarou que houve aumentos da jornada e do ritmo de  
80 trabalho, em relação ao período anterior à pandemia, e que a não separação dos ambientes  
81 de trabalho e de moradia traz o inconveniente da falta de separação entre labor e vida



82 privada. A maioria apontou que há uma naturalização da expansão da jornada de trabalho  
83 e há comprometimento de parte do salário com custos extras que tiveram de assumir.

84 A pesquisa do CPCT revelou ainda que a maioria dos respondentes adoeceu nesse  
85 período. Cerca de 20% contraiu Covid-19 e parcela expressiva declarou sofrer distúrbios  
86 do sono, irritação, medo, insegurança e depressão.

87 Levantamento da FENAJ mostra que, do início da pandemia até julho deste ano, 274  
88 jornalistas brasileiros/as morreram em decorrência da doença. Os casos fatais tiveram seu  
89 pico em março e começaram a diminuir a partir de abril. Mas, até julho, o Brasil mantinha-  
90 se como o país do mundo com maior número de jornalistas vítimas fatais da Covid-19  
91 (comparação feita utilizando-se dados de outros países da ONG Press Emblem  
92 Campaign).

93 Para agravar ainda mais esse cenário já assustador, a categoria dos/das jornalistas enfrenta  
94 ainda uma violência diretamente relacionada ao exercício profissional. É vítima de  
95 diversas formas de agressão – dos xingamentos às agressões físicas, passando pelas  
96 ameaças, intimidações e censuras judiciais – e todas elas caracterizadas como ataques à  
97 liberdade de imprensa, porque objetivam cercear a livre circulação da informação  
98 jornalística.

99 Mas se o cenário assusta, a categoria dos/das jornalistas não deve se deixar intimidar,  
100 tanto na defesa do livre exercício profissional quanto na defesa de relações e condições  
101 de trabalho dignas. Como parte da classe trabalhadora, a categoria não pode sucumbir ao  
102 discurso de que as mudanças nas relações de trabalho (precarização que gera ao trabalho  
103 servil) são inexoráveis e, portanto, devem ser aceitas.

104 Ao contrário! Cabe à classe trabalhadora a tarefa de enfrentar o neoliberalismo também  
105 como ideologia; apontar a necessidade de humanização das tecnologias; exigir o  
106 reconhecimento do trabalho humano como o responsável pela geração de riquezas e,  
107 portanto, exigir a devida remuneração dos/das trabalhadores/as.

108



109 As relações de trabalho no Brasil continuam sendo regidas pelo direito ao vínculo  
110 empregatício sempre que houver pessoalidade, habitualidade, subordinação e  
111 remuneração. Essas são as condições básicas do vínculo. Quando a/o jornalista trabalha  
112 nestas condições – como as/os trabalhadores de qualquer categoria profissional –, o  
113 “pejotismo” é ilegal e fraude às relações de trabalho.

114 Somente o trabalho digno pode gerar vida digna para todos/as. E não há caminho para  
115 essa conquista que não seja organização dos/das trabalhadores/as. O individualismo  
116 meritocrático é um dos componentes mais eficientes da ideologia neoliberal e deve ser  
117 combatido.

118 E não há forma de organização mais representativa da classe trabalhadora em seu  
119 conjunto que o movimento sindical. Igualmente, a ideologia de  
120 descredibilização/desqualificação das entidades sindicais, deve ser combatida.

121 Somente trabalhadores/as organizados nos seus sindicatos podem resistir e podem fazer  
122 a luta avançar.

### 123 **Propostas**

124 1 - A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas devem continuar a resistência pela preservação  
125 da legislação trabalhista e devem iniciar a luta pela reconquista dos direitos usurpados  
126 pela contrarreforma trabalhista do governo Temer e medidas igualmente prejudiciais  
127 adotadas no governo Bolsonaro. Apontamos a luta pela anulação da Reforma Trabalhista  
128 e de todas as medidas de retiradas de direitos trabalhistas desde 2016.

129 2 - A FENAJ, por meio de seu Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e  
130 Direito Autoral, com apoio das vices-presidências regionais, deve constituir e manter  
131 atualizado o banco de acordos/convenções coletivas de trabalho celebrados pelos  
132 Sindicatos.

133 3 - A FENAJ, por meio de seu Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e  
134 Direito Autoral, com apoio das vices-presidências regionais, deve atualizar o  
135 levantamento sobre os impactos do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego



136 e da Renda na categoria dos jornalistas, bem como monitorar as condições de trabalho no  
137 contexto da pandemia.

138 4 - A FENAJ, por meio de seu Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e  
139 Direito Autoral, deve criar um grupo de trabalho, com o apoio dos Sindicatos de  
140 Jornalistas que dispõem da assessoria do Dieese, para elaborar um mapeamento  
141 permanente sobre os empregos formais de jornalistas, seja por meio do acompanhamento  
142 do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Relação Anual de  
143 Informações Sociais (RAIS) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

144 5 - A FENAJ, com o apoio dos Sindicatos, deve continuar a monitorar os casos de  
145 violência contra jornalistas, fazendo a denúncia pública e apoiando os/as profissionais nas  
146 ações necessárias, de acordo com o 'Protocolo de atuação da FENAJ e Sindicatos em  
147 casos de violência contra jornalistas'.

148 6 - A FENAJ, como o apoio dos Sindicatos, deve continuar o monitoramento dos casos  
149 fatais de Covid-19 entre os profissionais, por meio do Departamento de Saúde e  
150 Segurança.

151 7 - A FENAJ, por meio da Comissão Nacional de Mulheres, deve realizar pelo menos  
152 uma pesquisa sobre condições de trabalho (remuneração, cargos de chefia, assédios) e  
153 violência, com recorte de gênero.

154 8 - A FENAJ deve manter e aprofundar sua articulação com as entidades sindicais  
155 internacionais dos/das jornalistas (FIJ, Fepalc e Felap).

156 9 - A FENAJ deve manter e ampliar sua articulação com as centrais sindicais brasileiras,  
157 em especial com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), à qual é filiada.

158 10 - A FENAJ deve recomendar aos Sindicatos filiados a instituição de 20% de jornalistas  
159 negros e negras comprometidos(as) com a luta antirracista na formação das diretorias  
160 sindicais.



**Congresso Nacional dos Jornalistas**

**DESAFIOS DA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA:  
DAS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS  
ÀS FORMAS DE FINANCIAMENTO**

*17, 18, 24, 25 e 26 de setembro de 2021*

161 11 - A FENAJ deve recomendar aos Sindicatos filiados a formulação de cláusulas de  
162 promoção da equidade racial nas propostas de acordos coletivos e convenções coletivas  
163 de trabalho.

164 12 - A partir do resultado da pesquisa, já em andamento, Perfil do Jornalista Brasileiro,  
165 uma iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da FENAJ, os  
166 Sindicatos filiados e a Federação promoverão ações que permitam acompanhar as  
167 condições de vida e de trabalho dos jornalistas desempregados e precarizados para acolhê-  
168 los e incorporá-los às ações sindicais em todo o país.

REALIZAÇÃO:

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS



APOIO:

**FRIEDRICH  
EBERT  
STIFTUNG**

